

Nós confiamos em Deus

JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL

INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO – IDELB

Órgão Oficial de Comunicação Social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

Ano VI – Nº 23 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2017

EDITORIAL



O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é o órgão oficial de comunicação social do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB, deixando evidente que sua proposta é ser diferente dos demais, sobressaindo-se, principalmente, pela qualidade e pela eficiência das informações nele contidas. Traz de maneira prática e objetiva a história do Brasil.

É destinado a divulgar as ações de jornalismo, *marketing* e responsabilidade social e institucional do Poder Executivo e do Poder Judiciário, dando ênfase, especialmente, ao importante trabalho técnico-operacional desenvolvido pelo Poder Legislativo no que tange ao trabalho legislativo praticado pelas Comissões Permanentes e Temporárias do Congresso Nacional, instaladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A missão deste veículo, *Jornal Notícias do Congresso Nacional*, é oportunizar a divulgação dos trabalhos técnicos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, pelos seus membros no Congresso Nacional, no cumprimento de sua missão de legislar, fiscalizar e legitimar o poder estabelecido, em nome da sociedade brasileira, bem como na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Acreditamos que as informações contidas nesta publicação contribuirão para o processo de amadurecimento e desenvolvimento da sociedade brasileira, de maneira que esta venha a exercer o seu pleno direito de cidadania participativa, na qualidade de uma sociedade fiscalizadora dos poderes constituídos, para que venhamos a desfrutar um futuro melhor, com maior dignidade e justiça social para todos os brasileiros.

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* traz ao público leitor sua contribuição inarredável, imprimindo, assim, a história do Brasil nos bastidores do Poder Legislativo, vindo a preencher uma lacuna, visando a manter a sociedade informada das ações técnicas operacionais praticadas pelo sistema bicameral do Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo este o poder guardião e garantidor do Estado Democrático de Direito, legitimado pela representação parlamentar, a autêntica expressão de poder de um povo e de uma forte e soberana nação.

Com dinamismo profissional, idealismo e perseverança, desenvolvemos um trabalho difícil e árduo, em que contamos com a importante proteção de DEUS e a colaboração de parlamentares, parceiros profissionais e patrocinadores, sendo recompensados pelo magnífico resultado alcançado.

Boa leitura a todos e até a próxima edição. Um grande abraço!

Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA
Editor do *Jornal Notícias do Congresso Nacional*
Jornalista Responsável (DRT nº 36.203/SP)
Membro da Associação Brasileira de Jornalistas (ABJ nº 1.076)
Escritor, Autor da obra acadêmica *Os Meandros do Congresso Nacional*
Como interagir e participar das atividades legislativas brasileiras
Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br / Site: www.idelb.org.br

NESTA EDIÇÃO:



Gen. Ex. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas
Comandante do Exército Brasileiro

Se Michel Temer e o Congresso Nacional insistirem em abafar a Lava Jato, haverá intervenção militar!



Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República do Brasil

“Não temos medo da Lei de Abuso de Autoridade”



Ministro Herman Benjamin
Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

Relatório de ação foi entregue contra chapa Dilma-Temer na eleição de 2014

Todo
mundo
entende
um pouco
de **publicidade,**
procure
quem
entende
muito.

Com mais de uma década de atuação, a WT Publicidade é uma agência de comunicação que atende diversos segmentos, como alimentício, logístico, imobiliário, hoteleiro, saúde animal e, principalmente, saúde humana.

A abrangência de contas atendidas demonstra a criatividade e a capacidade da WT em atender as expectativas e se moldar conforme as necessidades de seus clientes. A relação com as empresas é muito próxima, o que permite o contato direto a todos os colaboradores da agência, estabelecendo agilidade e pontualidade em todos os processos. Além da área *offline*, temos um portfólio com inúmeros materiais digitais, entre *movies*, materiais interativos, *games* e etc.

Entre em contato e descubra quantas ideias a WT tem para a sua empresa.

11 5181.5599
wt@wtpublicidade.com.br
www.wtpublicidade.com.br

Avenida das Nações Unidas, 18.801
Conjuntos 1218 e 1219 - Santo Amaro
São Paulo - SP - 04795-100





O PODER LEGISLATIVO É O SUSTENTÁCULO PLENO DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA, PILARES FUNDAMENTAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.

EXPEDIENTE

ANO VI – Nº 23 – Janeiro / Fevereiro / Março – 2017

O *Jornal Notícias do Congresso Nacional* é uma publicação trimestral do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB. Todos os direitos são reservados.

Nossa missão está pautada na defesa plena dos valores de pioneirismo, integridade, independência, excelência na qualidade das informações prestadas com responsabilidade, visando sempre à valorização das pessoas, da liberdade de expressão e das instituições democráticas do Estado de Direito.

Editor e jornalista responsável: Dr. JOSUÉ DOS SANTOS FERREIRA (DRT nº 36.203/SP)

Colaboração especial: Aliádne Damázio

Colaboração jurídica: Dr. Luis Alexandre Oliveira Castelo

Projeto gráfico e diagramação: Fábio Manfrinato

Fotos: Saulo Cruz

Revisão: Sílvia Fernanda Bovino

Distribuição e circulação: Nacional

PODER EXECUTIVO: Presidência da República, Vice-Presidência da República, Ministérios, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.

PODER LEGISLATIVO: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

PODER JUDICIÁRIO: Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal Militar, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União.

REPRESENTAÇÕES DIPLOMÁTICAS: Embaixadas e Consulados Estrangeiros no Brasil.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS COM REPRESENTAÇÃO NO BRASIL: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – UNODC, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização dos Estados Americanos – OEA, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – Banco Mundial – BIRD e Fundo Monetário Internacional – FMI.

ENTIDADES DE CLASSE: Confederação Nacional da Indústria – CNI, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA, Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de São Paulo – SINICESP, Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FECOMERCIO-SP, Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base – ABDIB, Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo – SIMPI, União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA, Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB-SP, Ordem dos Parlamentares do Brasil – OPB e Agência Nacional de Petróleo – ANP – Setores de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Energias Renováveis.

EMPRESAS ESTATAIS: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal – CEF, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRAS, Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Comunicação S/A – EBC e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM.

PÚBLICO-ALVO: Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; Empresários, Estudantes e Professores, Representantes de Entidades de Classes e Corpo Diplomático.

Tiragem: 30 mil exemplares.

Endereço: Avenida Mário Lopes Leão, 1.500 – 12º andar – Conjunto 1.201 – Condomínio NovAmérica Office Park – CEP 04754-010 – Santo Amaro – São Paulo – SP – Brasil.

E-mail: idelb@idelb.org.br – **Site:** www.idelb.org.br – **ISSN:** 2358-5374.

* Não são de responsabilidade do *Jornal Notícias do Congresso Nacional* os conteúdos que constam nas notas e nos artigos assinados. Não há responsabilidade sobre qualquer conteúdo publicitário anunciado nesta edição.

* Toda informação de caráter estatístico de todas as áreas, assuntos e temas assinados por este editor tem como base de pesquisa as fontes oficiais governamentais e privadas, bem como organismos internacionais.



Nós confiamos em Deus





Nós confiamos em Deus

Acesse a versão completa do Jornal Notícias do Congresso Nacional no tablet e no celular.

VERSÃO DIGITAL

Baixe o aplicativo por meio da Apple Store ou do Google Play e visualize um conteúdo consistente sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e sustentáveis.



www.idelb.org.br



BAIXE GRATUITAMENTE O APLICATIVO DO JORNAL NOTÍCIAS DO CONGRESSO NACIONAL PARA IPAD E ANDROID.



Gen. Ex. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas

Comandante do Exército Brasileiro

SE MICHEL TEMER E O CONGRESSO NACIONAL INSISTIREM EM ABAFAR A LAVA JATO, HAVERÁ INTERVENÇÃO MILITAR!



A política nacional sempre foi muito complicada, os observadores estrangeiros não conseguem entender tamanhas desmoralizações institucionais, até mesmo os brasileiros têm enorme dificuldade, não conseguem acompanhar, a todo o momento é preciso recorrer à tradução simultânea. Procura-se descobrir o real objetivo da explosiva entrevista que o comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas, concedeu à repórter Monica Gugliano, do jornal Valor Econômico. Como se sabe, chefes militares jamais se pronunciam sobre assuntos políticos. Quando o fazem, é porque há alguma coisa de errado, aliás, muito errado mesmo.

O mais impressionante foi à rarefeita repercussão das declarações, que mesmo assim abalaram as estruturas do poder em Brasília, com reflexos por todo o país, porque o comandante do Exército não mediu as palavras. Às vésperas do carnaval, rasgou a fantasia e se incorporou ao Bloco dos Descontentes, ao afirmar que “somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser”.

Ainda não satisfeito, acrescentou: “Esgarçamo-nos tanto, nivelamos tanto por baixo os parâmetros do ponto de vista ético e moral, que somos um país sem um mínimo de disciplina social”.

Ao dar entrevista ao Valor, que é um jornal de circulação mais restrita na Organização Globo, que comanda sozinha a publicação, desde que a Folha se desligou da sociedade, o general deixou claro que estava dando um recado “interna-

corporis”, destinado a atingir apenas o governo, os políticos e as lideranças militares.

O fato concreto é que o descontentamento e a pressão interna nas Forças Armadas têm cada vez mais intensidade. Entre as lideranças militares, há consenso de que não há planejamento no país, a administração pública não tem metas nem visa a atender os reais interesses nacionais.

Um dos objetivos da entrevista do General Villas Bôas foi acalmar o pessoal da ativa e também da reserva, pois os três clubes militares estão defendendo abertamente uma intervenção das Forças Armadas, a pretexto de moralizar a política e a administração pública.

SEM INTERVENÇÃO – Com muita habilidade, o comandante do Exército descartou a possibilidade de derrubada do governo constitucional: “Interpreto o desejo daqueles que pedem intervenção militar ao fato de as Forças Armadas serem identificadas como reduto onde esses valores foram preservados. No entendimento que temos, e que talvez essa seja a diferença em relação a 1964, é que o país tem instituições funcionando. O Brasil é um país mais complexo e sofisticado do que era. Existe um sistema de pesos e contrapesos que dispensa a sociedade de ser tutelada. Não pode haver atalhos nesse caminho. A sociedade tem que buscar esse caminho, tem que aprender por si. Jamais seremos causadores de alguma instabilidade”.

O general tem razão. A Constituição deixa claro que cabe às Forças Armadas “a defesa da Pátria, a garantia dos poderes

constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. E a Lei Complementar número 97 também é clara: ‘A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio’.

INTERVIR SIGNIFICA GOLPE – Sem a menor dúvida, a entrevista confirma a convicção de que não existe possibilidade de ocorrer a apregoada “intervenção militar constitucional”. O significado real seria “golpe de estado” ou “golpe militar”, apenas isso.

Segundo as cuidadosas declarações do comandante do Exército, essa hipótese estaria afastada. Mas acontece que as aparências sempre enganam, quando se trata da política brasileira. Na entrevista, a ênfase dada à moral e à ética, assim como a incisiva defesa da Lava Jato (“É a grande esperança de que se produza no país alguma mudança nesse aspecto ético que está atingindo nosso cerne, que relativiza e deteriora nossos valores”) – tudo isso demonstra que as Forças Armadas não estão desatentas nem omissas.

Ainda em tradução simultânea, o General Villas Bôas deixou claro que, se o Planalto e o Congresso insistirem nessa irresponsável tentativa de inviabilizar a Lava Jato, a história vai se repetir no Brasil, e não será como farsa. Portanto, espera-se que o presidente Michel Temer tenha um mínimo de juízo e não use levar adiante essa injustificável iniciativa.





Gen. Ex. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal





Tropa do Exército Brasileiro







Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral da República do Brasil

“NÃO TEMOS MEDO DE LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE”, DIZ O PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA, RODRIGO JANOT SOBRE PROJETO

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, se reuniu com os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para debater o projeto que trata do crime de abuso de autoridade. O procurador apresentou um anteprojeto com sugestões para o texto em discussão no Congresso.

O principal ponto tratado pelo chefe do Ministério Público com as lideranças do Congresso é que a punição a juízes e promotores por sua interpretação e aplicação da lei nos processos em que atuam não conste do projeto.

Críticos do texto do Senado afirmam que, se aprovado, o projeto pode abrir uma brecha para que profissionais de carreira jurídica, como juízes, promotores e delegados, possam ser criminalizados por atos praticados nos processos em que atuam. A votação deve acontecer no início de abril.

A proposta apresentada por Janot define as condutas que configuram abuso de autoridade praticadas pelos membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e agentes da administração pública.

O texto, porém, afirma que não configura abuso de autoridade a divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas, desde que a divergência seja fundamentada, e diz que os agentes públicos não podem ser punidos pelo exercício regular de suas funções.

Como a Procuradoria-Geral da República não tem o poder de apresentar diretamente projetos de lei, a incorporação das sugestões de Janot ao projeto de abuso de autoridade em tramitação vai depender da iniciativa de senadores, que podem apresentar emendas ao texto.

“Nós do serviço público que trabalhamos de forma responsável, acho que nenhum de nós tem medo de uma lei de abuso de autoridade”,

disse Janot após deixar a reunião. “A iniciativa pretende que se discuta com mais profundidade a matéria”.

O procurador-geral também afirmou que as sugestões feitas pela Procuradoria não trazem “nenhum traço” de corporativismo. “Não é uma sugestão de discussão que pretenda proteger nenhum agente político. Queremos aprofundar essa discussão”, disse.

Além da questão sobre abuso de autoridade, Janot disse ter tratado na reunião sobre a tramitação do projeto conhecido como “10 medidas contra a corrupção”. Depois de ser aprovado na Câmara e enviado ao Senado, o texto teve sua tramitação reiniciada na Câmara por decisão do ministro do STF Luiz Fux. Janot afirma ter pedido a Maia e a Eunício que o projeto volte a ser discutido no Congresso.

O projeto de abuso de autoridade é discutido no Congresso em meio à apreensão no mundo político com a nova leva de pedidos de investigação apresentadas a partir das delações premiadas de executivos da Odebrecht. Rodrigo Janot apresentou ao STF (Supremo Tribunal Federal) 83 pedidos de inquérito contra autoridades com foro no Supremo, como deputados federais e senadores.

Os processos estão sob sigilo, mas reportagens têm apontado que os presidentes da Câmara e do Senado estão entre os alvos dos pedidos de investigação. Maia e Eunício têm negado a prática de irregularidades e afirmado que as investigações vão provar sua inocência.

O que é o projeto

De autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), também investigado na Lava Jato, a proposta foi desengavetada em julho do ano passado, mas encontrou clima para votação nos últimos dias após a Operação Carne Fraca, da Polícia Federal. Muitos parlamentares condenaram a condução da PF, que foi classificada como “abuso de autoridade”, por ter prejudicado o setor agropecuário.

O relator do projeto, senador Roberto Requião (PMDB-PR) já entregou seu parecer. O texto começou a ser discutido na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Requião incluiu, no 1º artigo do projeto, uma ressalva para evitar a punição de juízes e promotores por sua atuação jurídica. É esperado que senadores apresentem emendas ao texto de Requião na próxima sessão da CCJ.

CCJ do Senado começa a discutir lei de abuso de autoridade

A proposta que altera a lei de abuso de autoridade foi incluída na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, como anunciado pelo presidente do colegiado, senador Edison Lobão (PMDB-MA). A votação deve acontecer logo no mês de abril.

A proposta ganha força no Senado no mesmo mês em que a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) 83 pedidos de abertura de inquérito no âmbito da Lava Jato com base nas delações premiadas de executivos e ex-executivos da Odebrecht. Há expectativa de que o fim do sigilo das delações e a confirmação dos inquéritos ocorram nas próximas semanas. A investigação atingiria diretamente parlamentares e ministros, cujos processos tramitam no STF.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que vai pedir a realização de audiências públicas com especialistas para debater o tema antes de sua votação na comissão.

Foro

No plenário, as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que extinguem o foro privilegiado e que modificam as regras de indicação de ministros do STF cumprem prazo de discussão na quinta-feira e, a partir de então, já podem ser votadas em primeiro turno.



Procuradoria Geral da República



Ministro Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: O MINISTRO HERMAN BENJAMIN, ENVIU AOS MINISTROS RELATÓRIO DE AÇÃO CONTRA CHAPA DILMA-TEMER NA ELEIÇÃO DE 2014



O ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enviou em 22/03 aos demais ministros da Corte relatório parcial sobre o processo em que investiga o eventual abuso de poder político e econômico pela chapa Dilma-Temer na eleição de 2014.

No relatório, composto por 1.032 páginas, foram inseridos trechos de cada um dos 58 depoimentos colhidos por Benjamin desde agosto de 2016. “Destaco que o texto ora apresentado possui caráter estritamente descritivo e objetivo”, disse o ministro no despacho pelo qual encaminhou o documento a seus pares.

Foram investigados por Benjamin desvios na contratação de gráficas e o recebimento de recursos não declarados durante a campanha. O ministro investigou também repasses possivelmente ilegais feitos pela empreiteira Odebrecht, cujos indícios foram revelados pela Operação Lava Jato.

Neste mês, Benjamin colheu o depoimento de ex-executivos da companhia, inclusive de Marcelo Odebrecht, ex-presidente-executivo do grupo, que segundo informações vazadas pela imprensa disse ter feito repasses milionários à campanha.

A entrega do relatório parcial é uma das últimas etapas antes de o ministro apresentar seu voto final no caso, o que deve ocorrer no início de abril. Com o documento em mãos, os demais ministros do TSE passam, pela primeira vez, a se instruir sobre o processo e também preparar seus votos.

A fase de instrução do processo relatado por Benjamin foi encerrada na última terça-feira (21/03), quando o ministro ordenou que defesa e acusação apresentassem suas alegações finais no caso. O prazo se encerrou no dia (23/03). Após receber as manifestações, o magistrado deve apresentar o relatório final.

Quando foi determinado o encerramento da fase de instrução, na qual são produzidas as provas, o processo já acumulava 26 volumes e mais de 7,5 mil páginas.

O ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou o fim da fase da investigação da ação em que o PSDB pede a cassação da chapa Dilma-Temer. Com a decisão, o ministro pediu alegações finais para que as partes façam a última manifestação antes do julgamento.

Na decisão, o ministro concedeu prazo de dois dias para que as defesas da ex-presidente Dilma Rousseff e do presidente Michel Temer, além do Ministério Público Eleitoral (MPE), enviem as alegações finais.

Em dezembro de 2014, as contas da campanha de Dilma Rousseff e de Michel Temer foram aprovadas por unanimidade pelo TSE, mas com ressalvas.

No entanto, o processo foi reaberto porque o PSDB questionou a aprovação, por entender que há irregularidades nas prestações de contas apresentadas por Dilma, que teria recebido recursos do esquema de corrupção investigado na Lava Jato. Segundo entendimento do TSE, a prestação contábil da presidenta e do vice-presidente é julgada em conjunto.

TSE faz acareação entre delatores da Lava Jato em ação da chapa Dilma-Temer

As oitivas foram autorizadas pelo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, e pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, chefe da força-tarefa de procuradores da operação.

De acordo com Fachin, os depoimentos de delatores que figuram nos processos criminais da Lava Jato no TSE não violam os termos de sigilo do acordo. Para Janot, está entre as obrigações dos delatores prestar informações em processos que tramitam em outras áreas da Justiça, como a Eleitoral.

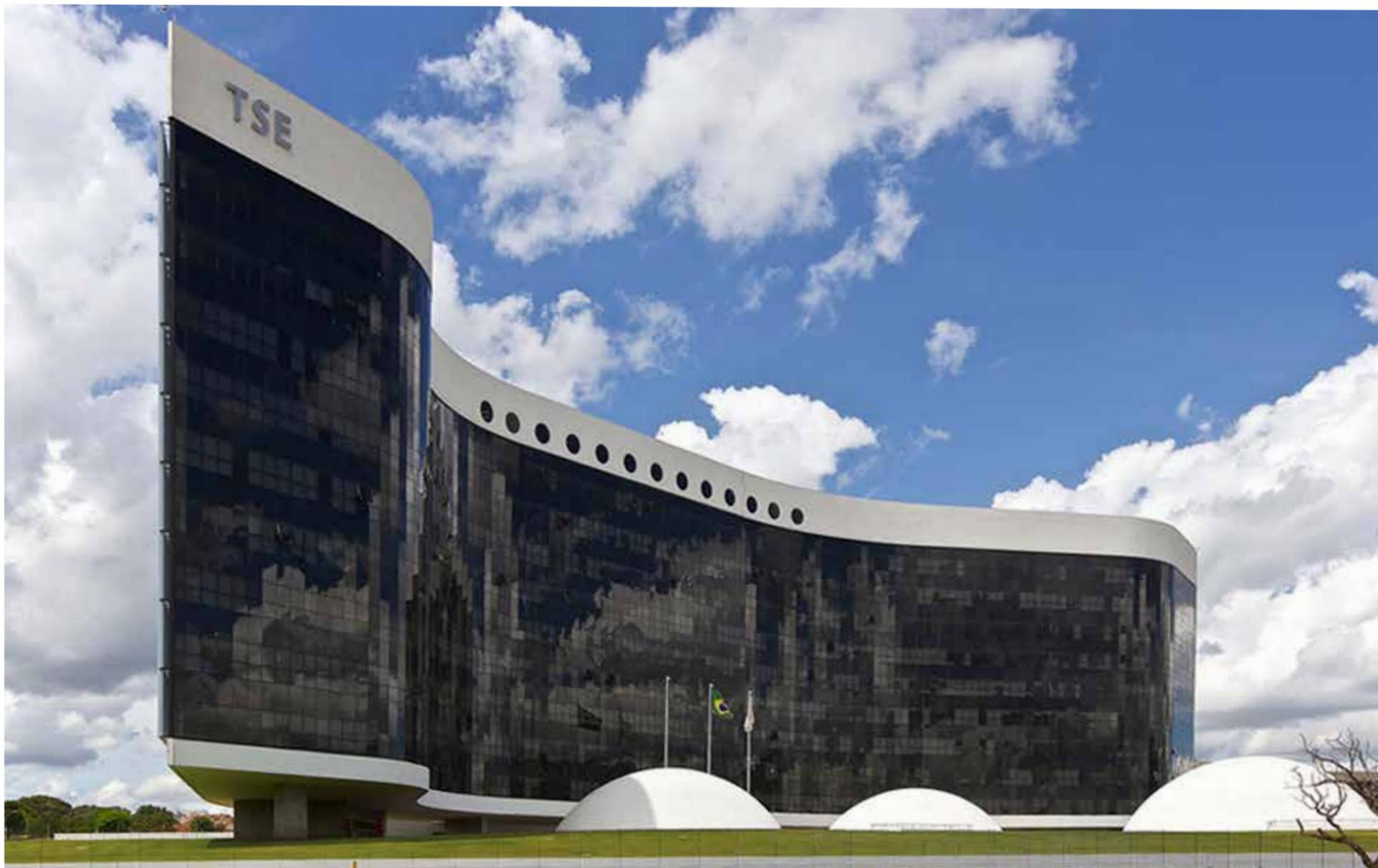
Cassação e inelegibilidade

Em caso de condenação, o processo pode resultar na inelegibilidade de Dilma Rousseff e de Michel Temer, que pode ainda ser afastado da Presidência da República.

A campanha de Dilma Rousseff nega qualquer irregularidade e sustenta que todo o processo de contratação das empresas e de distribuição dos produtos foi documentado e monitorado.

No início do mês, a defesa do presidente Michel Temer sustentou no TSE que a campanha eleitoral do PMDB não tem relação com os pagamentos suspeitos. De acordo com os advogados, não se tem conhecimento de qualquer irregularidade no pagamento dos serviços.

De acordo com a jurisprudência do TSE, a prestação contábil da presidenta e do vice-presidente é julgada em conjunto.



Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Fundador e Presidente Nacional do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

BREXIT: REINO UNIDO ENTREGA CARTA E DÁ INÍCIO À SAÍDA DA UNIÃO EUROPEIA

Afastamento só acontecerá após ao menos dois anos de negociação com os outros 27 países do bloco. Carta foi entregue ao Conselho Europeu.



Embaixador britânico na União Europeia, Tim Barrow, entregou carta que inicia a retirada do Reino Unido do bloco ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk.



Reino Unido deu início oficialmente no dia (29/03) ao processo de saída da União Europeia. O afastamento efetivo só acontecerá depois de pelo menos dois anos de negociação com os outros 27 integrantes do bloco. Esta é a 1ª vez que um país pede para deixar o grupo.

O embaixador britânico na União Europeia, Tim Barrow, entregou ao presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, uma carta que simboliza o acionamento do Artigo 50 do Tratado de Lisboa – dando início às discussões sobre o processo de afastamento. A carta de oito páginas é assinada pela premiê britânica, Theresa May.

‘Sem volta’

Logo após a entrega da carta, Theresa May fez um pronunciamento no Parlamento britânico. “O Reino Unido está deixando a União Europeia. Este é um momento histórico do qual não pode haver volta”.

A premiê britânica, Theresa May também indicou a intenção de buscar um acordo comercial “audaz e ambicioso” ao mesmo tempo que negocia o Brexit.

A premiê fez um apelo pela união do Reino Unido no Parlamento britânico. “Agora é a hora de nos unirmos nesta casa [do Parlamento] e em todo o país para garantir que trabalhamos para o melhor acordo possível para o Reino Unido e para o melhor futuro possível para todos nós”, declarou May. A Escócia aprovou a realização de um novo referendo sobre a independência.

Escócia dará 1º passo para novo referendo de independência

Votação para que a Escócia solicite nova consulta pública acontecerá na tarde esta terça. A premiê Theresa May tenta evitar

o novo plebiscito, mas não há artigo que proíba a realização do referendo.

O Parlamento da Escócia solicitou a Londres à organização de um novo referendo de independência, descontente com a saída da Grã-Bretanha da UE, um cenário que vai testar a solidez do Reino Unido.

Um dia antes da primeira-ministra britânica, Theresa May, notificar oficialmente a saída de Londres da União Europeia, o que tornará a situação praticamente irreversível, a chefe de Governo verá sobre a mesa a demanda de um referendo que já chamou de “inaceitável”, mas que poucos acreditam que poderá impedir.

Sem um artigo na Constituição que o proíba, a premiê Theresa May não tem praticamente outra opção que tentar adiar o referendo o máximo possível para que não coincida com os dois anos de negociações com Bruxelas sobre os termos do divórcio UE-Reino Unido.

O Partido Nacional Escocês (SNP) da primeira-ministra regional, Nicola Sturgeon, favorável à independência, precisa do apoio dos Verdes para aprovar o pedido, o que é considerado praticamente certo.

Última tentativa

A premiê Theresa May viajou a Escócia para uma reunião com Sturgeon, em uma última tentativa de aproximar as posições, mas nenhuma das duas mudou de opinião.

“Minha posição é muito simples e não mudou. Agora não é o momento de falar de um segundo referendo de independência”, afirmou a premiê Theresa May em uma entrevista à agência britânica Press Association.

Antes, em um discurso, descreveu a união de Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales como “uma força imparável”.

Sturgeon, que deseja o referendo no fim de 2018 ou início de 2019, insistiu após o encontro que “os escoceses podem tomar uma decisão bem fundamentada sobre seu futuro” neste prazo e que não há motivo para esperar mais.

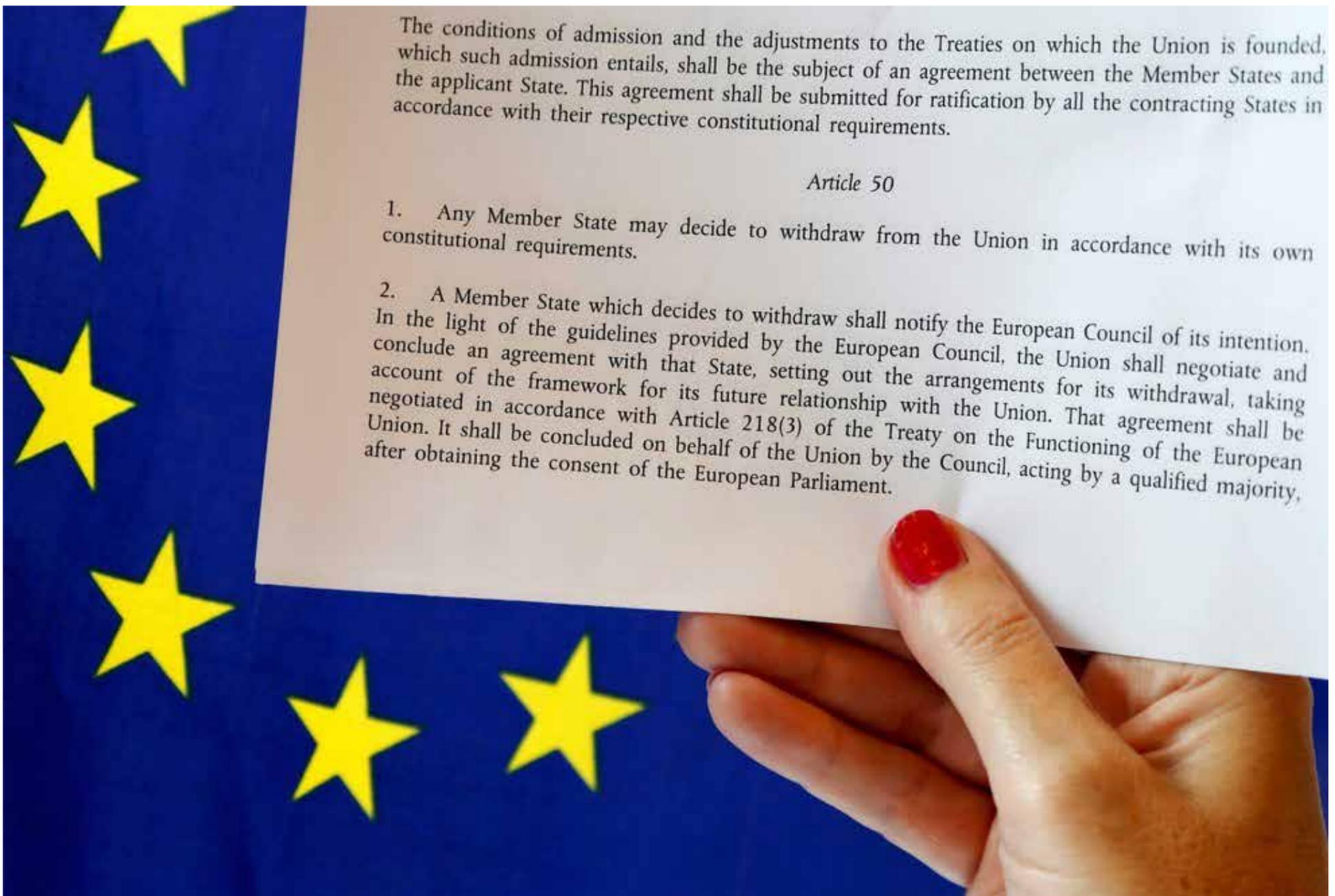
Após a aprovação da demanda de referendo pelo Parlamento escocês, o Parlamento britânico, onde os conservadores da premiê Theresa May têm maioria absoluta, deverá se pronunciar a respeito.

Tanto a Câmara dos Comuns como a dos Lordes precisam autorizar, o que tecnicamente consistiria em aprovar a transferência a Edimburgo do poder de organizar o plebiscito.

A premiê Theresa May poderia aceitar a votação do Parlamento britânico, mas negar-se a assinar a transferência até depois do Brexit. Além da data, ela e Sturgeon teriam que negociar a pergunta a ser feita no plebiscito.

No referendo de 2014, a permanência no Reino Unido venceu por 55% a 45%. A votação aconteceu com o compromisso de definir o tema por pelo menos uma geração.

Mas os defensores da independência da Escócia alegam que em seu programa eleitoral constava que no caso de “uma mudança material das circunstâncias” eles solicitariam um novo plebiscito. A mudança aconteceu com o Brexit. Os escoceses votaram majoritariamente a favor da permanência na UE, mas seu voto se viu diluído a nível nacional. A premiê escocesa Nicola Sturgeon acusa a premiê britânica Theresa May de não ter levado a Escócia em consideração nos preparativos para as negociações com Bruxelas, ao descartar, por exemplo, a permanência no mercado único europeu.



Artigo 50 da União Europeia traz os passos que um país deve seguir para se afastar da União Europeia.

'Obrigado e adeus'

O presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, afirmou que a União Europeia está descontente com a saída do Reino Unido. Para ele, "não há razão para dizer que é um dia feliz nem para o Reino Unido nem para a União Europeia". Ele defendeu que o bloco tem o objetivo de minimizar o custo para os cidadãos europeus, os negócios e para os países membros do bloco. "Já sentimos a sua falta, obrigado e adeus", declarou ao concluir uma breve coletiva de imprensa.

Tusk já tinha prometido informar as primeiras diretrizes do processo de negociação, mas uma resposta formal do bloco dificilmente será divulgada antes do primeiro encontro oficial dos países membros, já sem a presença do Reino Unido, em 29 de abril de 2017.

Esta é a primeira vez que o artigo, criado em 2009, é invocado por um país que decide deixar o bloco. O prazo de dois anos de negociações só pode ser prorrogado com uma aprovação unânime de todos os países da União Europeia. A negociação é muito complexa, pois exige rescisão de vários tratados internacionais, acordos comerciais e uma nova política migratória.

Divórcio difícil

O processo para encerrar 40 anos de união não é automático e se anuncia um divórcio difícil, porque tem de ser discutido com os outros 27 membros do bloco. O afastamento de um país-membro é inédito no bloco.

A negociação é muito complexa, já que exige rescisão de vários tratados internacionais. Só com a União Europeia, há pelo menos 80 mil páginas de acordos. Por isso, é provável que, após a negociação, exista uma fase de transição.

Principais dúvidas

1. Imigração

Em seu pronunciamento, a premiê britânica, Theresa May afirmou que a situação dos europeus no Reino Unido será uma das prioridades da negociação.

Atualmente, cerca de 3 milhões de cidadãos europeus vivem no Reino Unido, vindos principalmente da Polônia (850 mil), da República da Irlanda (330 mil) e de diversos países do antigo bloco soviético. Esses podem pedir a residência permanente no Reino Unido quando completarem cinco anos vivendo no país. Com o Brexit, o Certificado de Residência Permanente para Cidadão da UE, no entanto, deve deixar de valer.

Ao longo das negociações, é preciso estabelecer uma nova política migratória, uma das principais reivindicações dos partidários da Brexit, que exigiam medidas mais restritivas. Analistas e políticos

ouvidos pela BBC disseram na época que a mudança será gradual e que ninguém terá de deixar o país da noite para o dia.

2. Comércio

A participação na União Europeia permite que os países comprem e vendam produtos e serviços entre si sem a aplicação de taxas e impostos dentro da área comum. O Reino Unido então passará a ter taxas diferentes no comércio exterior com os países europeus em relação às praticadas agora, podendo inclusive trocar de parceiros.

Segundo a União Europeia, o Reino Unido exporta principalmente para os EUA, a Alemanha e os Países Baixos. Por sua vez, as suas importações vêm, sobretudo da Alemanha, da China e dos EUA.

3. Compromissos europeus

Os defensores do Brexit alegavam que a contribuição do Reino Unido para União Europeia era muito elevada. Nesse processo é preciso discutir quais são as dívidas britânicas com relação ao bloco, a chamada, "conta do divórcio", que poderá custar por volta de 50 bilhões de libras (mais de R\$ 191 bilhões).

Outras questões que deverão ser discutidas são, por exemplo, regras de segurança para o cruzamento de fronteiras; o "Mandado Europeu de Prisão", que é um mandado de prisão válido em todos os países membros do bloco; a mudança de agências europeias que têm suas bases no Reino Unido.

Sem acordo?

A Premiê britânica, Theresa May May, no entanto, declarou em janeiro deste ano que o Reino Unido deixará o bloco mesmo que não haja um pleno acordo nesse período. Segundo a primeira-ministra, ela está pronta a abandonar as discussões se suas exigências não forem atendidas, e chegou a afirmar que "para o Reino Unido, nenhum acordo é melhor do que um acordo ruim para o Reino Unido".

A decisão de sair da União Europeia, conhecida como Brexit, foi tomada em um referendo, realizado em 23 de junho de 2016. Na ocasião, 51,9% dos britânicos optaram por deixar o bloco, o que provocou a queda do então primeiro-ministro, David Cameron.

Após o referendo, o Brexit foi aprovado também pelo Parlamento britânico e no dia 16 de março deste ano suas negociações receberam autorização formal da rainha Elizabeth 2ª.

Reino Unido decide deixar a União Europeia em referendo

Opção por deixar o bloco europeu venceu por mais de 1,2 milhão de votos.

Decisão histórica pode mudar a geopolítica mundial nas próximas décadas.

Em decisão histórica, que tem potencial para mudar o rumo da geopolítica mundial pelas próximas décadas, os britânicos decidiram em referendo deixar a União Europeia (UE).

A opção de "sair" venceu a de permanecer no bloco europeu por mais de 1,2 milhão de votos de diferença.

A apuração foi divulgada por áreas de votação e a disputa, bastante acirrada. O "sair" começou à frente e chegou a ser ultrapassado pelo desejo de continuar na UE, mas logo retomou a liderança e foi abrindo vantagem até vencer com quase 51,9% dos votos. Foram 17.410.742 votos a favor da saída e 16.141.242 votos pela permanência.

A vitória da "Brexit" derrubou as Bolsas na Ásia e os mercados futuros da Europa e dos Estados Unidos antes mesmo de o resultado oficial ser divulgado. A libra esterlina, moeda do Reino Unido, despencou e chegou a atingir o menor valor frente ao dólar em 31 anos. No Japão, a Bolsa de Tóquio desabou quase 8%.

O referendo derrubou também o primeiro-ministro britânico, David Cameron. "Os britânicos votaram pela saída e sua vontade deve ser respeitada", afirmou o premiê, que deve deixar o cargo em outubro. Ele ponderou que o país precisa de uma nova liderança para levar a decisão adiante. "A negociação deve começar com um novo primeiro-ministro".

Oficialmente, o referendo não é "vinculante", ou seja, ele não torna obrigatória a decisão de sair do bloco europeu. Mas o futuro primeiro-ministro britânico dificilmente será capaz de contrariar a decisão da população. Parlamentares também podem bloquear a saída do Reino Unido, mas analistas consideram que isso seria suicídio político.

O presidente do Banco Central da Inglaterra, Mark Carney, afirmou que levará algum tempo para que o Reino Unido estabeleça novas relações com a Europa e o resto do mundo. Disse também que uma volatilidade econômica "deve ser esperada", mas não vai hesitar em tomar medidas adicionais para levar a economia adiante.

Votação apertada

Um recorde de 46,5 milhões de eleitores foram convocados às urnas para responder à pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" (em tradução livre).

As casas de apostas britânicas, que na quinta apostavam na vitória do "permanecer", mudaram sua tendência na madrugada desta sexta e passaram a prever a vitória da "Brexit" após a divulgação dos primeiros resultados. "Brexit" é a abreviação das palavras em inglês "Britain" (Grã-Bretanha) e "exit" (saída) para designar a saída do Reino Unido do bloco europeu.



O primeiro-ministro britânico, David Cameron, durante pronunciamento no qual anunciou que vai renunciar.

Efeito dominó

A União Europeia é uma união econômica e política criada após a 2ª Guerra Mundial. O bloco funciona como um mercado único, com livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Formado por Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales, o Reino Unido começou a fazer parte da União Europeia em janeiro de 1973.

O Reino Unido, no entanto, não faz parte da zona do euro – formada pelos países que têm o euro como moeda oficial. Dentre os 28 países do bloco europeu, 19 compartilham a moeda única. Os britânicos continuam usando a libra esterlina.

Até hoje, nunca um país membro havia deixado a união política e econômica dos países que formam a União Europeia. Em 1975, houve um referendo muito parecido com o de agora no Reino Unido, mas venceu a permanência no bloco com larga vantagem: 67% dos votos.

Há forte preocupação de que o voto pela saída tenha o efeito dominó, com outros países organizando consultas similares. Marine Le Pen, da extrema-direita francesa, afirmou que seu desejo é que cada país faça uma votação popular sobre a pertinência da União Europeia.

“Como peço há anos, agora é necessário o mesmo referendo na França e nos países da União Europeia”, afirmou a líder da Frente Nacional na França pelo Twitter. Na Holanda, o chefe do Partido da Liberdade e membro do Parlamento, Geert Wilders, escreveu: “Agora é a nossa vez! Hora de um referendo holandês! #ByeByeEU”.

Reino desunido

O referendo dividiu não só a União Europeia, mas o próprio Reino Unido. Apesar da vitória do “sair”, votaram pela permanência a Escócia (62%), a Irlanda do Norte (55,8%) e a região de Londres (59,9%). Todas as outras regiões da Inglaterra e o País de Gales votaram por “sair”, com percentuais que variaram de 52,5% (País de Gales) a 59,3% (West Midlands).

Na Escócia, o “permanecer” venceu em todos os distritos. A chefe de governo escocês, Nicola Sturgeon, disse que o país “vê seu futuro” como parte do bloco europeu. “A votação aqui mostra claramente que os escoceses vêem seu futuro como parte da UE”, declarou a dirigente do Partido Nacional Escocês (SNP).

O chefe do movimento Sinn Féin, da Irlanda do Norte, afirmou que vai pedir um referendo sobre a união do país com a Irlanda – que fica na mesma ilha da Irlanda do Norte, mas é um outro país e não faz parte do Reino Unido. “O resultado desta noite muda dramaticamente o cenário político aqui no norte da Irlanda e nós vamos intensificar nosso caso para chamar por um referendo”, disse Declan Kearney, em comunicado.

David Cameron

Cameron é o responsável pela convocação do referendo, mas havia se posicionado a favor da permanência e alertado sobre o risco do Reino Unido deixar a UE. O primeiro-ministro chegou a afirmar que continuaria à frente do governo independentemente do resultado do referendo, mas renunciou pouco depois da divulgação oficial do resultado.

Em entrevista publicada pelo jornal “The Times” no sábado (18), Cameron disse que se sentia “responsável” pela consulta, por ter prometido convocar o referendo caso ganhasse com maioria as eleições gerais de 2015, mas também era a pessoa mais adequada para liderar as negociações necessárias graças a suas “sólidas relações” na Europa.

Líder do Partido pela Independência do Reino Unido (UKIP), Nigel Farage comemorou vitória no Twitter: “Temos nosso país de volta. Obrigado a todos vocês”. Pouco depois, defendeu a formação de um novo governo. “Agora precisamos de um governo Brexit”, disse Farage à imprensa em frente ao Parlamento.

O prefeito de Londres, Sadiq Khan, afirmou em entrevista à CNN que constitucionalmente o próximo premiê não precisa ser eleito em novas eleições. “Um novo líder do Partido Conservador pode assumir, mas eu suspeito que haverá uma pressão para eleições gerais de uma nova liderança”, afirmou.

Câmara dos Comuns autoriza Theresa May a dar partida no Brexit

Projeto de lei que permite ao governo notificar saída e iniciar negociações ainda deve passar pela Câmara dos Lordes.

Os deputados britânicos adotaram por maioria em uma primeira leitura, o projeto de lei do governo conservador, o qual dará à primeira-ministra Theresa May o poder de iniciar o processo de saída do país da União Europeia (UE).

O texto foi aprovado por 494 votos a favor e 122 contra na Câmara dos Comuns (câmara baixa). Submetido pelo governo ao Parlamento por determinação da Suprema Corte em janeiro passado, o projeto deve agora ser examinado pela Câmara dos Lordes (câmara alta). Os membros da câmara alta, por não serem eleitos, poderiam ignorar a “vontade do povo”, mas sob risco de aumentar os pedidos pelo fim da câmara.

De acordo com a agência Reuters, a expectativa é que seja adotado, apesar de May não ter apoio da maioria.

O projeto de lei permite ao governo da primeira-ministra Theresa May notificar oficialmente a saída e iniciar dois anos de negociações.

O Reino Unido votou para deixar a União Europeia em um referendo realizado em junho de 2016.

Descontentamento dos escoceses

O Parlamento escocês votou por esmagadora maioria sua rejeição à saída britânica da União Europeia (UE), com uma consulta que não afetará o processo do Brexit, mas que aumenta ainda mais a tensão na relação com Londres.

Depois dessa votação simbólica, o governo semiautônomo advertiu que a Escócia, a mais pró-europeia das regiões britânicas, não será “humilhada”. Quase 75% dos legisladores escoceses, de todo o espectro político, pronunciaram-se contra o Brexit.

Os líderes dos principais partidos britânicos haviam prometido aos escoceses que seriam considerados “sócios em termos de igualdade” se ficassem no Reino Unido no referendo de independência de 2014, como de fato aconteceu.

Mas no plebiscito sobre a UE, a Escócia votou a favor de continuar na Europa, ao contrário de Gales e da Inglaterra, que inclinaram a balança.

Rainha Elizabeth 2ª aprova legislação que autoriza início formal de negociações do Brexit

Anúncio confirma que a primeira-ministra Theresa May pode iniciar as conversas sobre a saída da UE a qualquer momento.

A Rainha Elizabeth 2ª, do Reino Unido, autorizou formalmente a primeira-ministra Theresa May a dar início às negociações oficiais para a saída da União Europeia, aprovando a legislação que passou pelo Parlamento nesta semana.

O anúncio, feito no Parlamento pelo presidente da Casa, John Bercow, confirma que May pode iniciar as conversas sobre o divórcio a qualquer momento, apesar de o porta-voz da premiê ter dito na segunda-feira que essa decisão deve ser tomada mais para o fim do mês de março.

Parlamento

O Parlamento britânico aprovou a lei que permitirá ao país se retirar do bloco europeu, cumprindo o que foi decidido em plebiscito em junho do ano passado.

“O Parlamento apoiou o governo em sua determinação de seguir com o processo de saída da UE”, disse o secretário responsável pelo Brexit, David Davis. “Agora nós estamos no limiar da negociação mais importante do nosso país em uma geração.”

Para dar início à saída formal do bloco, a primeira-ministra Theresa May terá que acionar o Artigo 50, que é um plano para todo país que deseja sair da União Europeia.

Ele foi criado como parte do Tratado de Lisboa, um acordo assinado por todos os membros da União Europeia, que virou lei em 2009. Antes dele, não havia um mecanismo formal para um país deixar o bloco.



Premiê britânica, Theresa May, faz pronunciamento no Parlamento logo após comunicar à União Europeia a intenção de deixar o bloco.



Eleitores britânicos decidem plebiscito se o país continua ou não a integrar a União Europeia.



Manifestantes a favor da saída da União Europeia exibem cartazes em Londres.



Rainha Elizabeth aprova legislação que autoriza início formal de negociações do Brexit.







Ministro Blairo Maggi

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil

TEMOS GOVERNO LEGÍTIMO E IMPOPULAR, DIZ BLAIRO MAGGI, O MINISTRO DA AGRICULTURA E EX-GOVERNADOR DE MATO GROSSO DISSE QUE PRESIDENTE MICHEL TEMER TEM OPORTUNIDADE DE ENTRAR PARA HISTÓRIA DO BRASIL



o ministro da Agricultura, Blairo Maggi disse que a rejeição de brasileiros ao governo Michel Temer é parte de “ressentimento” por o presidente não ter sido eleito como cabeça de chapa, em 2014, quando Temer disputou cargo ao lado da presidente do impeachment.

Maggi afirmou que o turbilhão de polêmicas que envolveu o processo de cassação do mandato de Dilma Rousseff gerou a impopularidade de Temer.

“Temos um governo legítimo, mas que não veio pelo voto popular, e vejo que existe ressentimento em certos setores. Mas temos dois anos pela frente para realizar as reformas que o país precisa. A sociedade está querendo mudanças profundas, são necessárias e que elas podem se implementadas. O governo Temer conseguiu aprovar praticamente todas as medidas encaminhadas ao congresso, mas ainda é impopular na sociedade. Na minha avaliação, se conseguirmos aprovar as mudanças na Previdência e em outros setores vitais, temos chance de entrar para a história como um governo reformista”.

Quanto à sua posição dentro do governo, Maggi afirmou que a sua nomeação para o (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) teve critério técnico, apesar de ser filiado ao PP, partido apontado como célula central do esquema do Petrolão.

“Entre para o partido para cumprir meu papel no Ministério da Agricultura. Quando me filiei, os fatos que pesam hoje contra o PP já estavam apresentados e eu sabia de todos eles. Quando entrei para o Ministério, deixei uma coisa bem clara para o presidente e o partido que me indicou. Se vocês querem um ministro para ajudar o partido a fazer negócios, não me leve para lá. Posso ajudar o partido politicamente a partir do trabalho eficiente e dedicado que farei no ministério. Agora, se for por outro caminho, não vou aceitar”.

Processos na Justiça

Blairo Maggi também foi questionado sobre a investigação que enfrenta no âmbito da Justiça estadual e a implicação de seu nome em esquemas de corrupção nos quais seu sucessor e indicado político, o ex-governador Silval Barbosa (PMDB).

“Passei oito anos no governo de Mato Grosso e reconhecidamente alguns problemas ocorreram nesse período. Não diretamente no governo, mas paralelo ao governo, na área política. Há várias operações policiais e investigações no Estado sobre o período em que fui governador e o período seguinte. Estou acompanhando com tranquilidade esse processo”.

Um dos últimos casos a ter repercussão contra o ministro é o processo de compra de cadeira no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Conforme a Justiça Estadual, Blairo Maggi teria feito negociação direta com conselheiro para assegurar cadeira no tribunal a seu indicado.

O mesmo processo levou ao afastamento do conselheiro Sérgio Ricardo de seu cargo, também por investigação de compra de cadeira no TCE.

Queda na exportação é resultado de problema de comunicação da Carne Fraca

Na tentativa de recuperar as exportações de carnes após o impacto negativo da Operação Carne Fraca, o ministro da Agricultura, Blairo Maggi, disse que “todos os problemas”, em especial a redução brutal das exportações, decorreram da narrativa usada pela Polícia Federal ao divulgar a operação. O ministro, que assinou o decreto de revisão do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa), informou que, em maio, visitará uma série de países que impuseram restrições à importação de carne brasileira.

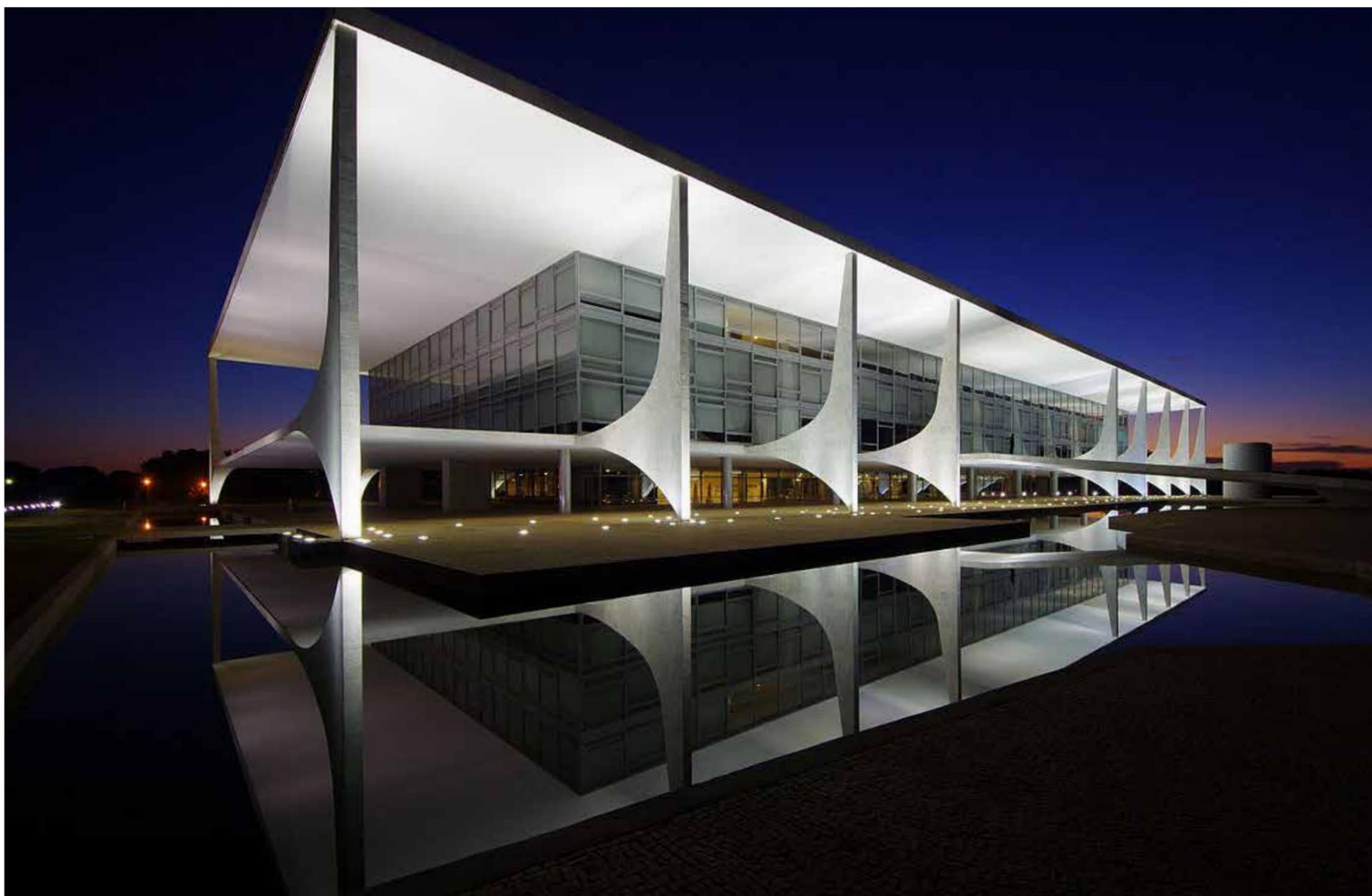
“Obviamente, não posso deixar de ser transparente lá fora como estou sendo aqui dentro. Todo o problema que estamos vivendo é de comunicação quando do lançamento da narrativa da operação. Não estou reclamando da operação, tem todo nosso apoio. Se começamos um trabalho, vamos até o final para depurar o processo e isso dará mais corpo, mais competência ao Ministério da Agricultura para fazer”, disse Maggi.

De acordo com o ministro, além de reuniões com representantes de países compradores de carne, na próxima semana o secretário executivo do órgão, Eumar Novacki, fará duas missões internacionais na tentativa de rever barreiras impostas à carne brasileira. Em maio, será a vez do próprio ministro visitar a Europa, Emirados Árabes, Arábia Saudita e países da Ásia.

“Os grandes avalistas dos nossos processos são os nossos compradores. Eles atestam os nossos produtos. Os países compradores, ao levantar os embargos, estão demonstrando estar de acordo com as nossas políticas, mas o mercado, a dona de casa, os restaurantes que foram contaminados por uma imagem errada terão que ser convencidos e receber explicações da nossa parte”, disse Maggi.

Segundo o ministro, o impacto nas exportações só poderá ser calculado após o reestabelecimento dos embarques. Ele reconheceu, no entanto, que alguns frigoríficos terão “um caixa menor” e não conseguirão pagar funcionários.

“Muito frigoríficos terão um caixa menor, faturamento menor do que previsto e menos do que o necessário para arcar com suas contas, funcionários”. Para tentar evitar maiores oscilações no mercado, o Banco do Brasil anunciou hoje que oferecerá operações de créditos para as empresas em dificuldade. “As operações que estão vencendo nesses dias serão colocadas para o final do contrato para não ter oscilações. O banco está colocando uma ponte para que elas possam ultrapassar esse momento difícil”.



Palácio do Planalto



Ministro Aloysio Nunes Ferreira Filho

Ministério das Relações Exteriores do Brasil

A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS POLÍTICA EXTERNA

Successora das Conferências Pan-americanas e da União Pan-americana (1910), a Organização dos Estados Americanos (OEA) é a mais antiga organização regional em atividade.

Tem por finalidade construir uma ordem de paz e de justiça no continente americano, promover a solidariedade e a cooperação mútua entre os Estados da região e defender a soberania, a integridade territorial e a independência de seus membros.

A estrutura da Organização, as atribuições de seus órgãos, seus princípios e objetivos comuns estão estabelecidos na Carta da OEA, aprovada na IX Conferência Internacional Pan-Americana, realizada em Bogotá, em 1948. A OEA tem hoje 35 Estados membros, além de atualmente 69 países e a União Europeia em caráter de observadores permanentes.

A Assembleia-Geral (AGOEA) é a instância suprema da OEA. Trata-se de órgão plenário que se reúne em sessões ordinárias anuais e, em circunstâncias especiais, em sessões extraordinárias, em nível de Chanceleres. Entre as sessões da AGOEA, os trabalhos são conduzidos pelo Conselho Permanente e pelo Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, bem como pelas diversas Comissões que fazem parte da estrutura da entidade. Há também na Carta a previsão de realização de Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores para considerar temas de natureza urgente e de interesse comum para os Estados americanos, e para servir de Órgão de Consulta. A OEA também atua como secretária de várias reuniões ministeriais, em particular reuniões de Ministros da Justiça, Ministros do Trabalho, Ministros da Ciência e Tecnologia e Ministros da Educação das Américas.

O Brasil foi um dos 21 fundadores da OEA, assinando a Carta de 1948. A atuação do Brasil no âmbito interamericano tem como base

os princípios da soberania, da cidadania e da dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, consagrados na Constituição Federal, os quais orientam as ações para a promoção eficaz dos “pilares” fundamentais da Organização (democracia, desenvolvimento integral, direitos humanos e segurança multidimensional). Nesse sentido, o Brasil tem buscado promover a boa convivência entre os países americanos e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos das nações das Américas, com foco na defesa dos direitos humanos e da democracia e na erradicação da fome e da miséria.

O Brasil é signatário de inúmeros tratados, convenções e declarações interamericanas nas mais diversas áreas, entre os quais estão: a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (e Protocolos Adicionais); a Carta Democrática Interamericana; a Carta Social das Américas; o Tratado Americano de Soluções Pacíficas; a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas.

Destaque-se que o Brasil e a OEA têm um projeto de cooperação conjunta apoiando os processos eleitorais e fortalecimento institucional do Haiti. O Brasil é membro do Grupo de Amigos do Haiti, fórum da Organização no qual tradicionalmente são tratados assuntos referentes àquele país. Outra parceria é a existente entre o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (GCUB) e a Organização. O GCUB é composto por um conjunto de 50 instituições universitárias brasileiras e, em coordenação com a OEA, oferece bolsas de estudo para mestrado e doutorado em universidades brasileiras para estudantes do continente.



Reunião na sede da OEA em Washington, DC.

PARCERIA CONFIRMADA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO DE RESPOSTA DE DROGAS - AMOR PELA VIDA TEM O APOIO INABALÁVEL DO MUNDIAL

“ ESSE PROJETO SOCIAL TEM POR OBJETIVO SALVAR CENTENAS DE USUÁRIOS DE DROGAS, BRASILEIROS E ESTRANGEIROS, ATUANDO NA PREVENÇÃO AO USO, NO TRATAMENTO DO VICIADO EM DROGAS E NA REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS. SERÁ UM CENTRO DE REFERÊNCIA NA AMÉRICA LATINA, ATUANDO NAS ÁREAS DE TRATAMENTO, ENSINO E PESQUISA SOBRE DROGAS, COM FOCO NA RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS. ”



“ PROJETO SOCIAL CONTRA AS DROGAS, É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA RESOLVER UM DOS MAIORES E MAIS GRAVES PROBLEMAS ENFRENTADOS POR MUITAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: A DEPENDÊNCIA DE DROGAS. ”



Save your life forever

O Pianista e Maestro João Carlos Martins com o Dr. Josué dos Santos Ferreira,
Presidente do Conselho Antidrogas do Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB

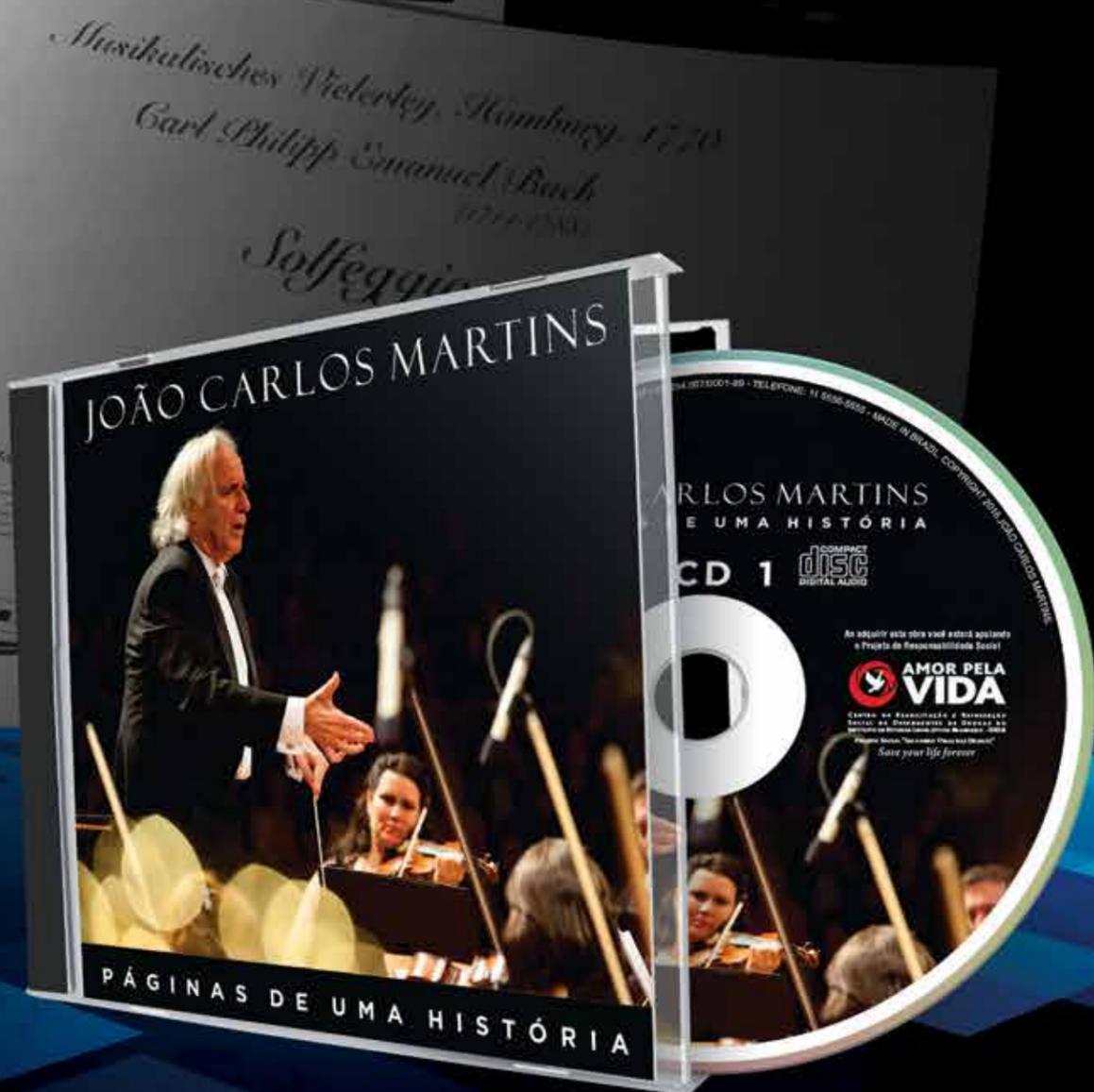
RESPONSABILIDADE SOCIAL DA CLÍNICA DE TRATAMENTO DE DEPENDENTES MUNDIAMENTE CONSAGRADO PIANISTA E MAESTRO JOÃO CARLOS MARTINS.



“ FAÇO UM APELO A VOCÊ.
PARTICIPE TAMBÉM DESTA IMPORTANTE AÇÃO SOCIAL
DE COMBATE ÀS DROGAS. DIVULGUE ESTA MENSAGEM
ENTRE SEUS FAMILIARES E AMIGOS. AO ADQUIRIR A
OBRA, PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA, TODOS IRÃO
COLABORAR PARA A REALIZAÇÃO DE UM SONHO:
SALVAR CENTENAS DE VIDAS DAS DROGAS POR MEIO
DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO
E REINserÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS
AMOR PELA VIDA.

MUITO OBRIGADO PELO SEU IMPORTANTE
APOIO PARA A REALIZAÇÃO DESTE SIGNIFICATIVO
PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
EM BENEFÍCIO DO BRASIL.

”



Para contribuir com este Projeto Social,
compre o CD PÁGINAS DE UMA HISTÓRIA
do mundialmente consagrado Pianista
e Maestro João Carlos Martins.
Para mais informações, acesse:
www.idelb.org.br/amorpelavida

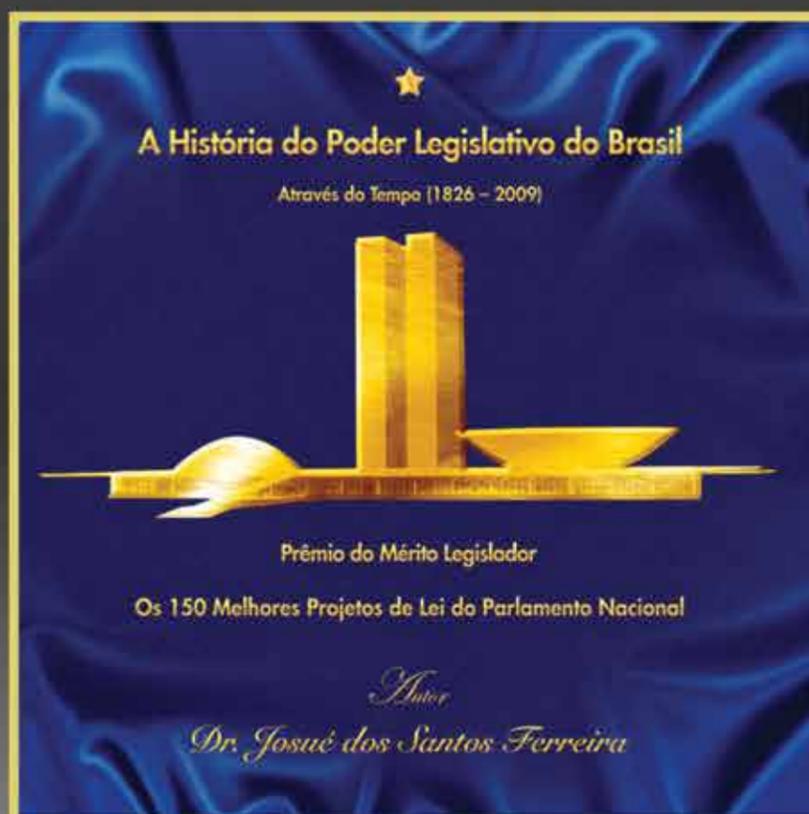
CONHECER A HISTÓRIA DO LEGISLATIVO É A MELHOR FORMA DE PERPETUAR A DEMOCRACIA E GARANTIR OS DIREITOS DO CIDADÃO.



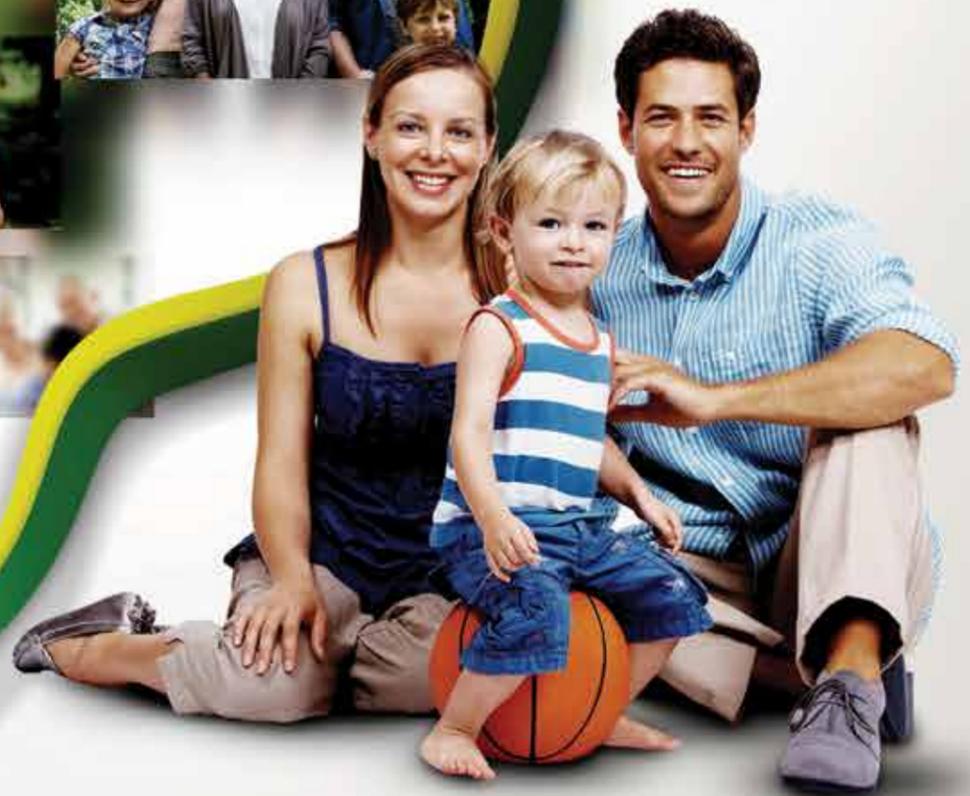
A HISTÓRIA DO PODER LEGISLATIVO DO BRASIL ATRAVÉS DO TEMPO (1826-2009)

Obra única em seu segmento, o livro tem como meta resgatar a essência histórica do Poder Legislativo do Brasil, trazendo fatos sobre os hebreus, romanos, americanos, ingleses, portugueses e brasileiros desde 1826 até 2009.

A História do Poder Legislativo do Brasil Através do Tempo (1826-2009) é um verdadeiro instrumento de preservação da cultura e da cidadania nacionais, levando ao conhecimento do leitor, os pilares da democracia global.



Responsabilidade social para um Brasil melhor.



O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro - IDELB acredita que somente com muito trabalho, planejamento, determinação e eficiência é que alcançaremos resultados consistentes que contribuam para o desenvolvimento de nosso país.

Desde 2003, de acordo com o conceito de responsabilidade social, o IDELB conquistou tradição, credibilidade e uma história de grandes realizações pelo Brasil, visando a um futuro melhor para todos.

Acesse www.idelb.org.br e saiba mais.



Orgulho de contribuir, há 13 anos, para o desenvolvimento do Brasil.



**AMOR PELA
VIDA**

Faça parte desta história!

**Sua empresa pode financiar a
construção do nosso Centro de
Reabilitação e Reinserção Social de
Dependentes de Drogas
Amor pela Vida, criado pelo IDELB.**

**Um centro de referência na América
Latina com atuação nas áreas de
tratamento, ensino e pesquisa para a
recuperação de dependentes de drogas.**



**CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB**

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Para mais informações, acesse: www.idelb.org.br/amor_pela_vida.php

AS DOAÇÕES PARA O PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS" TÊM AMPARO LEGAL NO ART. 68 DA LEI FEDERAL Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006, QUE INSTITUI O SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD. O REFERIDO ARTIGO É CONTEMPLADO PELA SEGUINTE REDAÇÃO: "A UNIÃO, OS ESTADOS, O DISTRITO FEDERAL E OS MUNICÍPIOS PODERÃO CRIAR ESTÍMULOS FISCAIS E OUTROS, DESTINADOS ÀS PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, QUE COLABOREM NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES E NA REPRESSÃO DA PRODUÇÃO NÃO AUTORIZADA E DO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS".

RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA UM FUTURO MELHOR

Após dez anos de existência e de muitos trabalhos sociais realizados em prol do desenvolvimento do Brasil, o Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB criou o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas, denominado AMOR PELA VIDA, destinado a salvar a vida das pessoas usuárias de drogas brasileiras e estrangeiras, com vistas à prevenção do uso de drogas, ao tratamento do viciado em drogas, à reinserção social de usuários de drogas e o enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA tem por missão a promoção social no campo da proteção da vida, valorização e defesa da saúde, dando ênfase à criação e ao funcionamento de unidades de ensino, de pesquisa e de assistência, trabalhando para o desenvolvimento e o fortalecimento social do Brasil. O AMOR PELA VIDA tem como atuação estratégica os seguintes pilares:

- I – o tratamento de dependentes de drogas;
- II – a inclusão social de dependentes de drogas;
- III – a instituição de sistemas e tecnologias de apoio à pesquisa e ao ensino;
- IV – a instituição de cursos profissionalizantes em nível técnico na área da saúde voltados ao conhecimento em prevenção às drogas.

O trabalho de combate às drogas que vem sendo realizado pelo Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro teve início com ações concretas em 2004, 2007 e 2012.

Destacamos abaixo os trabalhos que foram realizados pelo IDELB na área de combate às drogas:

– I Fórum Brasileiro de Estudos e Debates contra a Violência e a favor da Reabilitação do Cidadão Dependente de Drogas (<http://www.idelb.org.br/forum2004>);

– I Simpósio Nacional sobre o Combate ao Crime Organizado, Lavagem de Dinheiro, Recuperação de Ativos de Origem Ilícita no Exterior, Corrupção e o Combate ao Tráfico Internacional de Drogas (<http://www.idelb.org.br/simposio2007>);

– lançamento da Campanha Institucional de Combate às Drogas, voltada à Proteção à Vida da Criança e do Adolescente com Educação Preventiva nas Escolas sobre o Uso Indevido de Drogas (<http://www.idelb.org.br/images/PDF/antidrogas.pdf>).

O Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro cumpre mais uma vez sua meta de promover a responsabilidade social para um futuro melhor com a criação do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA. Trata-se de um projeto-piloto de um laboratório clínico psiquiátrico de referência na América Latina, tendo por objetivo promover diversas iniciativas nas áreas de ensino e pesquisa clínica com avanço científico e tecnológico na área de saúde, voltado ao tratamento de dependentes de drogas.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA projeta em seu primeiro ano de funcionamento acolher para tratamento cerca de 360 usuários de drogas, visando integrar, articular e ampliar as ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack e outras drogas e contemplando a participação dos familiares e a atenção aos públicos vulneráveis: crianças, adolescentes e população em situação de risco.

A iniciativa social de criar o Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA é parte integrante do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", realizado pelo

IDELB em 2009, dando apoio ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, implantado pelo Governo Federal em 2010, com vistas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

O projeto arquitetônico do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA foi elaborado por um dos melhores e mais renomados arquitetos do Brasil, o professor Jorge Munif Abussamra, graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade São Judas Tadeu, que tem em seu vasto currículo profissional inúmeros trabalhos consagrados, destacando-se a Torre João Salem, que recebeu o VII Grande Prêmio de Arquitetura Corporativa, o maior prêmio de Arquitetura da América Latina.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA convidou a Matec Engenharia, uma das melhores e mais modernas construtoras do Brasil, com reconhecida e sólida participação no mercado nacional, ganhadora de dezenas de prêmios por sua excelência e qualidade profissional na realização de suas obras, para participar do projeto, fazendo a construção do empreendimento social.

O Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA será construído em uma área total de 5.700 m², no município de Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, que terá uma área construída de 4.000 m² para acomodar cerca de 60 quartos, sendo dois pacientes por acomodação. A instituição terá, no total, 120 pacientes por tratamento, que terá, em média, quatro meses de duração. Serão acolhidos, portanto, por ano cerca de 360 usuários de drogas para realização de tratamento clínico psiquiátrico especializado.

Com o objetivo de cumprirmos nossa missão de melhorar e ampliar o desenvolvimento da saúde pública no Brasil com o tratamento de dependentes de drogas, com o firme propósito de reintegrá-los na sociedade, promover infâncias saudáveis e de saúde e bem-estar social, buscamos firmar parcerias com empresas, governos, organizações não governamentais e cidadãos.

Pedimos sua importante contribuição financeira para que possamos viabilizar a construção do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, por meio de doações financeiras depositadas em conta bancária específica em nome do projeto social "Salvando Vidas das Drogas", conforme os seguintes dados:



Banco do Brasil S/A
Conta corrente nº 20.098-0
Agência nº 2962-9 – Faria Lima – SP
Beneficiário: **Projeto social "Salvando Vidas das Drogas"**
CNPJ/MF nº 05.527.226/0001-69

Nosso trabalho social encontra amparo legal no art. 68 da Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD). O referido artigo é contemplado pela seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas".

Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força de nossa coragem, enfrentando as vicissitudes e dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades sociais.



Perspectiva artística da fachada do Centro de Reabilitação e Reinserção Social de Dependentes de Drogas AMOR PELA VIDA, criado pelo IDELB.



AMOR PELA VIDA

CENTRO DE REABILITAÇÃO E REINserÇÃO
SOCIAL DE DEPENDENTES DE DROGAS DO
INSTITUTO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS BRASILEIRO - IDELB

PROJETO SOCIAL "SALVANDO VIDAS DAS DROGAS"

Save your life forever

Proteção à Vida da
Criança e do Adolescente
Educação Preventiva nas Escolas
sobre o Uso Indevido de Drogas



Dr. Josué dos Santos Ferreira

Presidente do Conselho Antidrogas do
Instituto de Estudos Legislativos Brasileiro – IDELB
E-mail: presidente@idelb.org.br



A arte de fazer e promover ações de
responsabilidade social para um Brasil melhor.

www.idelb.org.br/amorpelavida

